



Entrevista de Monique Sochaczewski Goldfeld

Concedida a Ana
Carolina Borges¹ e Helen
Nunes²



Monique Sochaczewski Goldfeld é doutora em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV. É mestre em História Política e graduada em História, ambas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi bolsista de pesquisa recém-doutora na Escola de Ciências Sociais da FGV e coordenou o MBA em Relações Internacionais da mesma instituição. Atualmente, Monique Goldfeld é professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, do Instituto Meira Mattos, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), integrando a Linha de Estudos da Paz e da Guerra.

<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.73048>

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) - CPDOC/FGV. E-mail: carolina.borges88@gmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens (PPHPBC) - CPDOC/FGV. Email: helenmirandanunes@gmail.com

O tema do próximo dossiê da revista Mosaico é “Migrações e Identidades”. Gostaríamos que você falasse sobre sua trajetória acadêmica e como esse tema está inserido nela.

Eu descendo de refugiados do nazismo e tendo sido educada em instituições judaicas no Rio de Janeiro, as questões de imigração e identidade sempre foram muito presentes para mim. Também tive minha quota de ter morado fora do Brasil, em Israel e na Turquia, como migrante no primeiro caso, e de certa forma como expatriada no segundo caso, por conta do doutorado. A questão me interessa inicialmente, portanto, por questões familiares e pessoais. Em termos acadêmicos, ela foi se apresentando aos poucos. No mestrado em História Política, que cursei na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), pesquisei a política externa do governo Geisel para o Oriente Médio e, a fim de explicar a mudança da política brasileira de mais “equidistante” em relação aos árabes e judeus para mais pró-árabe, tratei muito brevemente da história de ambas as diásporas no Brasil e, sobretudo, da reação da comunidade judaica a essa mudança política. Foi em especial aqui no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil), no doutorado no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC), que a questão da imigração ganhou força para mim. Meu projeto era sobre relações Brasil e Império Otomano na virada do século XIX para o XX. Interessante que inicialmente não pensava em trabalhar com imigração, pois queria ver outras relações e comparações possíveis entre o Brasil e o Império Otomano. Isso porque eu achava que já havia sido escrito muita coisa sobre diáspora árabe no Brasil, sobretudo, na pesquisa do Oswaldo Truzzi. Quando fui aos arquivos em Istambul, porém, comecei a ver na documentação que a questão era muito relevante para o Império Otomano e que não se trata na realidade de uma “imigração árabe” para o Brasil, mas da vinda de “súditos otomanos” para cá. A grande maioria era de fato árabe e cristã - sobretudo maronitas oriundos do Líbano -, mas há também muçulmanos sunitas, muçulmanos xiitas, drusos, judeus, e também armênios e gregos, o que mostra justamente o cosmopolitismo do Império Otomano que de certa forma se transplantou para cá. A partir dessa empiria, esse tema ganhou força na minha pesquisa de doutorado. No pós-doutorado, também aqui no CPDOC, em 2014, meu projeto já era sobre diásporas do Oriente Médio, no Brasil, abordando a história, memória e política. Enfim esse tema sempre estava lá, de alguma maneira, e ainda tenho muito que publicar a respeito. Nos últimos anos, quando da minha atuação na ECEME, na Escola do Comando do Estado Maior do Exército, essa questão voltou à tona porque a migração do Oriente Médio para o Brasil não acabou e por conta de muitos estereótipos a esse respeito. Então, essa agenda é para mim um *continuum*.

O que podemos aprender com os refugiados? E, nesse sentido, como estudar, pesquisar e compreender o fenômeno do refúgio e a atual situação dos refugiados a partir da História Global?

Antes de mais nada, vale aqui ressaltar aquilo que já vem sendo muito falado nos últimos tempos: de que vivemos o maior drama humanitário desde a Segunda Guerra Mundial e a questão dos refugiados é central. Quando se olha para ela com mais atenção,

porém, percebe-se que há muitas subdivisões internas e peculiaridades, como a questão dos deslocados internos, refugiados em territórios mais imediatos (como os sírios na Turquia, Líbano e Jordânia), mulheres refugiadas, etc. É um tema de crescente interesse acadêmico no Brasil, inclusive, com a abertura de diversas cátedras de estudos nas principais universidades. A lente específica da História Global – que em grande medida recomenda se atentar para a história para além do eurocentrismo e do nacionalismo metodológico – é válida porque justamente recomenda buscar conhecer melhor a história de outras regiões, como no caso o Oriente Médio, e também atentar para a longa duração. Com esse tipo de cuidado, foge-se de associações muitas vezes feitas de forma imediata – e errônea – de correlacionar refugiados com terrorismo. Loretta Napoleoni (na realidade uma economista, mas que evoco aqui por fugir dos olhares tradicionais) em seu livro “Mercadores de Homens”, por exemplo, mostra as diversas conexões, vieses e rotas dos refugiados hoje em dia. Nessa obra ela ressalta rotas da África e do Oriente Médio e quebra um monte de estereótipos, mostrando inclusive quem lucra com a questão.

A questão “Como estudar?” passa também, a meu ver, por ter um olhar brasileiro. A partir do Brasil temos que apreender a questão como um todo e como ela nos afeta em particular. Por vezes vejo pessoas comentando de forma desesperada (e preconceituosa) sobre os refugiados que vêm do Oriente Médio para cá e, na verdade, eles são muito pouco. São cerca de 2 mil refugiados da Síria. Nosso grande drama hoje é de refugiados da Venezuela. É uma questão que bate a nossa fronteira. E lidar com a questão dos refugiados venezuelanos também implica em buscar melhor conhecer os problemas das fronteiras brasileiras e em especial os da Amazônia. Trata-se de diversas questões que ainda contam com pouco conhecimento e pesquisa por aqui.

Por outro lado, sobre a questão “O que os refugiados nos ensinam?”, eu gravei um Ted Talk na UERJ sobre isso, e a meu ver eles nos ajudam a ampliar nossa visão de mundo. Sobretudo no Rio e em São Paulo, há iniciativas muito legais em que a sociedade civil está se mobilizando largamente para ajudá-los e também aprendendo muito com eles. Aqui no Rio a cidade foi sede de grandes eventos desde o Pan-americano até as Olimpíadas passando pela Copa e tudo mais. O Brasil estava nos holofotes e estava num momento interessante. Havia muitos expatriados e turistas aqui e muito interesse internacional. Do ano passado para cá, ocorreram várias crises, e, a meu ver, voltamos a ser paroquiais, nos desconectando do mundo. Quando participamos de projetos ligados à Caritas¹, travando contato com esses refugiados, por exemplo, passamos a entender questões da nossa própria região. Há colombianos que estão aqui há mais tempo, com toda uma história de conflito para compartilhar, e os venezuelanos que agora chegam, relatando outra forma de dificuldade. Entende-se ali também – e os documentos oficiais corroboram – que a grande maioria dos refugiados vem da África, em especial da República Democrática do Congo e Angola.

¹ Nacionalmente, a Caritas é um organismo da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e conta com a parceria da Acnur – Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para refugiados.

Um projeto que admiro muito e do qual sou muito parceira é o “Abraço Cultural”, que é na realidade um curso de idiomas em que os refugiados são os professores. Diferente do que acontece com os cursos oficiais de francês, inglês ou espanhol, por exemplo, oferecidos por instituições ligadas aos governos da França, da Grã-Bretanha ou EUA e Espanha, aprende-se outra faceta desses idiomas e outra história por trás. Um professor de francês haitiano ou congolês, não só ensina a língua com outras peculiaridades, como conta outro lado da história francesa ou belga. O mesmo ocorre ao se estudar inglês com um refugiado da Nigéria ou de Gana, ou espanhol com um venezuelano ou com um colombiano. E há ali também refugiados sírios lecionando árabe e, conversando com eles, percebe-se o quão sofisticados em termos intelectuais eles são, quebrando assim uma série de preconceitos comuns que associam o Oriente Médio a atraso. Então, a primeira coisa que eles nos ensinam é pensar para além do Ocidente, ajudam-nos a nos informar sobre outra história da atuação ocidental em várias regiões do mundo. Eles também nos ajudam a praticar a solidariedade, pois com os cursos, os refugiados se “empoderam”, já que ganham dignidade e também recursos para se sustentarem.

Como foi a sua pesquisa nos arquivos do Brasil, em especial, as imagens e acervos orientais pesquisados, e nos arquivos da Turquia, as representações sobre o Brasil, e como contribuíram para a elaboração da sua tese e do seu recente livro?

Isso é interessante pelo fato de eu ser uma cria do CPDOC. Ao todo, tenho doze anos de idas e vindas no CPDOC e minha atuação na instituição por muitos anos foi com organização de acervos. Meu orientador no doutorado, Matias Spektor, me chamava por vezes de “arquivista”, por conta da minha paixão com essa parte da pesquisa. Eu sempre achei isso um elogio, diga-se de passagem (risos). Entremendo com meu tempo no CPDOC, eu trabalhei cinco anos na Biblioteca Nacional (BN) - ali trabalhei na Revista Nossa História, na Revista de História da BN, e no gabinete do presidente Pedro Corrêa do Lago. E justamente nesses projetos da BN eu achava muitas referências do Oriente Médio e por isso vou falar um pouquinho a respeito para explicar a minha trajetória nesse sentido.

Se você digitar “Oriente Médio” na base da BN, vão aparecer na tela do computador basicamente os livros do depósito legal, já que todo e qualquer livro publicado no Brasil tem que doar um exemplar para a Biblioteca. Sobretudo quando eu pesquisava para as revistas de divulgação histórica, porém, comecei a me deparar em catálogos antigos (por vezes manuscritos) com várias referências a obras sobre essa região. Em 2007 então resolvi propor um projeto de pesquisa para o programa de bolsas da BN que chamei de “O Oriente Médio no Acervo da Biblioteca Nacional”, para justamente mapear melhor esse material todo, e felizmente fui aprovada. No ano de pesquisa localizei documentos sobre o Oriente Médio na Coleção da Real Biblioteca – o acervo trazido de Portugal com a família real quando da fuga em 1808 – sobretudo obras raras, manuscritos e uma linda iconografia. Vale lembrar que na época áurea portuguesa e otomana – o século XVI – o grande “outro” de Portugal eram os otomanos. Achei também centenas de documentos pertencentes a Dom Pedro II, na chamada Coleção Thereza Christina. Há centenas de fotografias das então províncias

otomanas do Egito, Síria, Líbano e mesmo Argélia, dezenas de livros e muitos manuscritos. Tanto no verso de algumas fotografias como nas margens dos livros há muitas anotações manuscritas do imperador, o que demonstra se tratar de uma coleção com a qual ele interagiu. Boa parte das obras dele são de autoria daqueles escritores que Edward Said analisa em seu clássico “Orientalismo” e o imperador brasileiro chegou a se corresponder com alguns deles, como Ernest Renan e Maxime du Camp. Na Divisão de Manuscritos da BN localizei uma série de estudos de idiomas como árabe e persa que estavam indexados como “anônimo” na base de dados, mas que no verso (eram papéis reaproveitados) por vezes apareciam títulos como “L’Empereur” ou “Sa Majesté”. Conversando com uma pesquisadora do Museu Imperial de Petrópolis, porém, que conhecia muito bem os exercícios de tradução feitos por d. Pedro II que estão depositados no acervo do museu, passei a achar que faz sentido acreditar que se trata dos estudos do imperador.

Enfim, foi a partir da empiria que esbocei o projeto de pesquisa do doutorado. Meu intuito inicial era entender o orientalismo bastante peculiar de d. Pedro II. A principal figura política brasileira do século XIX era profundamente aficcionada pela região que chamamos hoje de Oriente Médio, mas que na época era em grande medida o Império Otomano. Buscando realizar a pesquisa no âmbito da lógica da história internacional, porém, fui buscar o outro lado da história, e por isso fui pesquisar na Turquia. Não localizei no amplo acervo iconográfico do sultão Abdul Hamid II (1876-1909), depositado na Universidade de Istambul, fotografias sobre o Brasil, mas fui então em busca de conexões entre o Brasil e o Império Otomano no que seria o Arquivo Nacional da Turquia, o chamado “Arquivos do Primeiro Ministro”, que fica em Istambul. O interessante é que quando cheguei lá não tinha a opção de Brasil como lugar de origem do pesquisador. Eles tiveram que inserir no sistema por conta da minha presença.

Nem América Latina?

Não tinha Brasil, com certeza, mas não me lembro de ter visto nenhum outro latino-americano também. Trouxeram um técnico às pressas para inserir no sistema “Brezilya”, que é Brasil em turco, enquanto faziam meu cartão de pesquisadora (risos). E justamente nos arquivos do Primeiro Ministro localizei cerca de 700 dossiês sobre o Brasil, mas basicamente documentos manuscritos em idiomas como francês, inglês, espanhol, português e também turco-otomano. No que diz respeito à iconografia, vale ressaltar que o Sultão Abdul Hamid II também era um colecionador de fotografias como d. Pedro II. Como ele era uma pessoa que não circulava muito por seu império, diferente da contraparte brasileira, ele governou em grande medida a partir de seu palácio em Istambul, chamado Yildiz, usando as fotografias para contratar pessoas, acompanhar obras e afins. Ele também doou coleções dessas fotografias para a British Library e para Library of Congress, nos EUA, e essa última foi totalmente digitalizada e está agora online. Mas, enfim, não consegui achar fotografias do Brasil na coleção particular dele não, o que muito me frustrou.

Quais foram as conexões que você descobriu na sua pesquisa entre Império Otomano e o Império do Brasil no século XIX?

São dois momentos. O primeiro é o que eu chamo de relações incógnitas que data desde 1513, em que o Império Otomano tinha consciência das Américas e do Brasil. O famoso mapa do Piri Reis, que retrata a costa brasileira, está ainda hoje em Istambul. Desde o século XVI, os otomanos sabiam da existência das Américas, mas não há de fato interação. No século XIX, a coisa mudou de figura. Quando acabou a guerra da Crimeia, em 1856, o Império Otomano foi chamado a sentar numa mesa de negociações de Paris junto às potências europeias contra os russos. O representante otomano em Paris foi Ali Paxá e depois da conferência, em 1856, ele foi à Londres e chegou à legação brasileira na capital britânica. Lá ele encontrou o ministro Inácio de Carvalho e pediu aproximação com o Brasil. E em 1858, acabou sendo assinado o Tratado de Amizade e Comércio e Navegação entre Brasil e Império Otomano. O que é interessante nesse momento da década de 1850 é que no Império Otomano já se tomava amplamente café brasileiro e o Brasil queria aproveitar para melhorar a Marinha mercante e fazer comércio com o Mar Negro. Em 1860, um diplomata brasileiro experiente, o Antônio Machado, foi para Constantinopla, mas não conseguiu entregar as credenciais. Ele ficou na então capital otomana por quatro meses, mas acabou indo embora. É, portanto, um primeiro momento de aproximação que eu chamo de “relações incógnitas”.

O que nos conectou de fato foi a imigração. Em 1876, quando Dom Pedro II viajou pela segunda vez para o Império Otomano (em 1871 ele já tinha passado dez dias no Egito), ele circulou largamente por este durante quatro meses. Ele veio da Rússia e foi primeiro para Constantinopla, onde encontrou o sultão, seguiu então para a Grécia, passou por Esmirna e de lá foi para o que é hoje o Líbano, Síria, Palestina, Egito e chegou mesmo até o Sudão. Em Damasco, ele tinha escutado falar que cristãos que sobreviveram ao massacre de 1860 e pensavam em emigrar para o Brasil. Há pesquisadores que falam que ele convidou estes cristãos a virem para cá, mas não achei isso na minha pesquisa empírica. O que acabou acontecendo é que de fato se deu uma larga onda migratória de súditos otomanos para o Brasil, mas em grande medida por conta própria. É interessante nesse sentido, por exemplo, visitar o Museu da Imigração, em São Paulo. Ali se vai achar ampla referência aos imigrantes italianos, espanhóis, portugueses e mesmo japoneses, mas quase nada sobre os árabes. Imagine você uma cidade como São Paulo não ter quase nada sobre imigrantes árabes em seu museu da imigração! Isso se dá porque não havia política oficial de atraí-los e a imigração se deu por conta própria. O que interessante ainda, como aponta o pesquisador Paulo Gabriel Rocha Pinto, é que essa imigração não acabou. Há um primeiro boom (1870-1914) e depois vai e volta. O Brasil recebe imigrantes e refugiados desde essa época.

Teve violência nessa imigração?

Aqui no Brasil sim. Aqui é quando a memória e a história brigam. A narrativa oficial de muitos imigrantes árabes e seus descendentes é que, apesar de não ter tido um projeto

oficial para trazê-los, como aconteceu com os italianos, por exemplo, há um primeiro árabe que vem e que começa trabalhando como mascate e acaba se estabelecendo em regiões como a Saara no Rio de Janeiro e na Vinte e Cinco de Março em São Paulo com relativo sucesso. Eles próprios trouxeram os patrícios, seja irmãos e parentes para ajudar no trabalho de mascate e nas lojas, ou mesmo buscaram moças para casar. É uma imigração que basicamente se autoajuda e é comum que eles digam que são os verdadeiros bandeirantes, por de fato terem adentrado por todo o território brasileiro vendendo miudezas. Acho que não é à toa que a Rede Bandeirantes pertence justamente a uma família árabe, os Saad. Como eles eram cristãos, em sua maioria, não foi difícil se misturar na sociedade brasileira. Acontece, porém, que ao me debruçar sobre os jornais da virada do século XIX para o XX e vendo a correspondência diplomática, localizei diversas referências a casos de violência de brasileiros contra esses imigrantes. Em 1898, há um caso em Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, em que muitos foram perseguidos e quase tentam massacrá-los, e o cônsul otomano, Othon Leonardos, teve que intervir. Há casos de preconceito e roubo e até assassinatos desses mascates. E as autoridades não se empenhavam em solucioná-los, segundo alegações do diplomata em questão.

Ainda sobre as conexões entre Império Otomano e Brasil. Em termos da arquitetura do sistema internacional do período, quais conclusões você chegou?

Dialogo na tese com a chamada Escola Inglesa de Relações Internacionais, sobretudo com as obras de Hedley Bull e Adam Watson sobre evolução e expansão da sociedade internacional. De forma muito superficial pode-se dizer tratar-se de um sistema internacional de Estados que remonta aos sumérios, que passa a se configurar como uma sociedade internacional europeia no Renascimento e que começa a se expandir pelo mundo no século XIX, chegando então a uma “sociedade internacional global” após a Segunda Guerra Mundial. Essa interpretação, sobretudo quando trata do século XIX, era voltada em grande medida para a relação entre potências e colônias, deixando de lado entidades de médio porte que poderíamos entender como potências médias do século XIX como China, Japão e mesmo Brasil. Nos últimos anos crescia o volume de pesquisa justamente sobre as interações existentes entre essas “potências médias do século XIX”, e me juntei a esse esforço contrastando o Brasil com o Império Otomano. A Renée Worringer estudou a relação do Império Otomano com o Japão e o Shogo Suzuki sobre o Japão e a China, por exemplo. O interessante dessas pesquisas, e que também verifiquei na minha, é que existem também hierarquias entre essas entidades periféricas. De qualquer forma, essas relações intra-periféricas se estabelecem em grande medida mediadas pela Europa.

Por exemplo, como os imigrantes otomanos chegaram ao Brasil? Eles vieram em navios europeus e parando em cidades europeias. Muitos foram, inclusive, enganados. Muitos vêm achando que tinham comprado passagem para “América”, ou seja, Estados Unidos, mas era na realidade passagem para América do Sul. Mas a conexão europeia nesse

caso específico se deu por conta dos navios e escalas europeias que usaram ou passaram até chegar aqui.

Enfim, essa lente da Escola Inglesa, de pensar a sociedade internacional funciona, mas tem lacunas, no sentido de estar sempre olhando a Europa se impondo. Há muitos casos de resistência bem sucedida à Europa, como no caso da Etiópia frente à Itália, e mesmo jogos na periferia de uma potência contra outra. E quando você olha de perto, mesmo essas “potências médias” têm visão de hierarquia civilizacional, racial e étnica. A grande questão é pensar a complexidade.

Pode comentar se existe alguma conexão com os Jovens Turcos?

A conexão, a meu ver, é a Alemanha. Quem tem uma tese de doutorado sobre isso e morou na Alemanha para a pesquisa é a Cristiana Luna que fez estágio no CPDOC e estudou na UFRJ. Na fase final do Império Otomano, o governo estava calejado com as potências europeias e via na Alemanha que então se unificava tardiamente, sem ter fronteiras diretas com o império e sem histórico imperialista em relação a este, como uma aliada importante. Os otomanos acreditavam também que a Alemanha transferiria tecnologia e de fato eles ajudaram a construir as estradas de ferro. E essa conexão se deu também em meios militares. É com os militares alemães que os otomanos tentam modernizar seu exército e é com eles que se alinham na Primeira Guerra Mundial. O livro do Sean McMeekin, “O Expresso Berlim-Bagdá”, traduzido para o português, é excelente para entender essa questão toda.

Em relação ao Brasil, um grupo de oficiais foi estudar na Alemanha, e que vão criar a Revista Defesa Nacional e vão ter uma série de ideias para modernizar o Exército brasileiro. Vem a Primeira Guerra Mundial e a Alemanha perde, daí o modelo militar alemão perdeu força frente à Missão Francesa e mais tarde frente a um modelo norte-americano. Aquele grupo inicial que serviu na Alemanha que foi em 1911/1912 ficou conhecido como “jovens turcos” nesse sentido de uma influência alemã assim como ocorrera no Império Otomano com o grupo que chegou ao poder em 1908.

Quais as origens das diásporas no Brasil? Como surgiu seu projeto “Rio global”?

Existe um prólogo digno de nota sobre a chegada de árabes e muçulmanos ainda na América Portuguesa. Nesse sentido eu dialogo muito com o antropólogo Paulo Gabriel da Rocha Pinto, que também ressalta a presença de mouriscos, bem como de escravizados malês, que são africanos cativos que eram de fé islâmica. Na metade do século XIX, já no Império, chegaram inicialmente palestinos cristãos que vendiam objetos religiosos da Terra Santa. A franco-chilena Cecilia Baeza, que lecionou por um tempo na FGV em SP antes de voltar para a sua Paris natal, é a grande autoridade sobre a presença dessa diáspora palestina não só no Brasil como em toda a América Latina. Foi, porém, na década de 1870, justamente

por conta do impacto da boa imagem deixada por d. Pedro II junto aos árabes da província otomana da Grande Síria, que essa onda imigratória começou. A comunidade árabe (se é que é possível falar de uma comunidade árabe, já que ela é tão diversa internamente) usa a data de 1885 para comemorar o início de sua imigração, mas eu prefiro 1876, por conta de minha pesquisa empírica. E, como eu já disse, a grande maioria dessa imigração/diáspora é cristã, com diversas subdivisões internas. Há cristãos maronitas (que aceitam o papa, embora tenham liturgia em aramaico), melquitas, ortodoxos gregos, protestantes e também armênios ortodoxos e de outros ramos. A grande maioria era maronita, porém, e por isso não foi difícil se misturar à sociedade maior brasileira, católica. Sempre ressalto que se nós tivermos um olhar atento para a própria diversidade e complexidade da diáspora do Oriente Médio no Brasil ficaria menos difícil entender a complexidade de lá.

Já no que diz respeito ao meu projeto de walking tours “Rio Global”, ele nasceu de várias vontades. Por um lado, ele junta meu lado historiadora pública – que busca usar o conhecimento acadêmico para fora da academia – e historiadora global – que busca tratar de uma história que vá muito além do eurocentrismo tradicional –, com uma vontade de também de me engajar em um projeto que buscasse sensibilizar as pessoas para a beleza do patrimônio histórico e cultural Rio de Janeiro, que vai além da beleza natural. Eu tenho licença de guia de turismo desde o fim da graduação e, inicialmente a usava somente quando fazia “aulas externas” em absolutamente todos os cursos e lugares que lecionei (FGV, La Salle, ECEME). Essas aulas faziam muito sucesso entre os alunos que sempre a chamavam de “passeios” (risos) e não era raro pedirem para levar amigos e familiares.

E, sobretudo, nesse ano de 2017 resolvi ampliar a coisa para além de meus cursos e tocar como um projeto mesmo, com a agenda de tentar mostrar às pessoas que somos muito mais globais – e interessantes – do que pensamos, guiando três roteiros: “Rio Médio-Oriental”, “Rio Europeu” e “Rio Africano”. Foi também uma forma de levantar recursos em tempos de crise. Foi com o dinheiro que amealhei desse projeto nesse ano que consegui realizar em grande parte o “IV Seminário Estudos de Oriente Médio a partir do Brasil”, por exemplo. Eu confesso que estou tão apaixonada por ele que é provável que se torne minha principal atividade. Estou testemunhando um lado muito legal, por exemplo, de ele ser um programa de família e de casal (risos). Um dos meus roteiros foi até “presente de dia das mães” de uma ex-aluna para a mãe dela. E já guiei refugiados sírios e outros imigrantes algumas vezes também. O feedback de todos tem sido muito positivo.

Enfim, tem sido um projeto muito gratificante, mas é bom dizer que todos esses roteiros são de minha “autoria”, mas me inspirei inicialmente no projeto do Instituto do Mundo Árabe, em Paris, que tem um *walking tour* chamado “A Paris Árabe Histórica”. Já o “Rio Africano” é fortemente inspirado nos roteiros que o pessoal do incrível Instituto dos Pretos Novos faz na região. O “Rio Europeu”, por sua vez, está sempre em mudança e cada vez mais ressalto o elemento do refúgio nele, até porque me dei conta agora que a Família Real Portuguesa é também ela refugiada que aqui foi acolhida em 1808... Em cada roteiro, procuro privilegiar um personagem e um espaço. Por exemplo, no Rio Europeu, escolho a livraria Leonardo Da Vinci que é fundada no pós-guerra por romenos.

Tem uma dissertação² aqui do CPDOC/FGV sobre a Livraria Leonardo Da Vinci...

Eu ainda não tive oportunidade de lê-la, mas em resalto que o Daniel Lousada, que comanda a livraria hoje, é muito parceiro. Sempre que dá ele recebe meus grupos e dá também um depoimento. Estimulo as pessoas a comprarem livros, não só para ajudar a livraria, confesso, mas também para que o tour deixe também marcas mais amplas, de estímulo a leitura. Eu estou agora concluindo novos roteiros como o “Rio Judaico”, “Caminhos da Diplomacia Brasileira”, “Rio de Leituras” e espero fazer também um “Rio de Mulheres”. E estou em conversas iniciais também para ajudar a treinar um refugiado que está estudando turismo em alguns deles. Enfim, meu projeto “Rio Global” é uma forma de ativismo e uma forma para levantar recursos e nesse período obscuro em que vivemos, ele preenche meu sentimento de que “preciso fazer alguma coisa”.

Na sua opinião, qual é o maior desafio para lidar com o crescimento do atual terrorismo?

Crescimento do terrorismo ou aumento da paranoia e da cobertura em relação a esse tema? Antes de mais nada, nunca foi meu foco de estudo falar sobre o terrorismo apesar desse tema sempre estar lá. Sempre trabalhei com relações Brasil-Oriente Médio, com o papel das diásporas e da diplomacia. Inclusive na minha formação, sou historiadora, não se falava quase nada de Segurança e Defesa. Era sempre Política Externa, Diplomacia, Itamaraty etc. Quando entrei para a ECEME, em 2015, esse tema veio à tona. Percebi que não seria difícil estudá-lo por conta de toda minha experiência no Oriente Médio, como também por perceber ali um nicho, com poucas pesquisas feitas a partir do Brasil a esse respeito. Fiz inicialmente cursos online mesmo para tomar pé, passei então a dialogar com especialistas brasileiros e estrangeiros – como o Jorge Lasmar, da PUC-MG, e a Martha Crenshaw, de Stanford, por exemplo – e tenho lido e pesquisado muito a respeito. Percebi que a lente teórica que faz mais sentido para mim é a da teoria das quatro ondas, defendida pelo cientista político norte-americano David Rapoport. Ele resalta que o fenômeno não é exatamente novidade, sendo constante desde o final do século XIX na forma de quatro ondas: anarquista, anticolonial, da nova esquerda e religiosa.

A primeira coisa a se destacar, portanto, é que esse fenômeno é da Modernidade e ele é mais antigo do que prega o senso comum. A meu ver, um olhar específico do Brasil para a questão só faz sentido nas duas últimas ondas. A figura de Carlos Marighella e seu “Minimanual do guerrilheiro urbano” é central na terceira onda. O Brasil, por conta dessa obra, tem um papel mais “intelectual”. Pegue qualquer texto sobre a história do terrorismo e Marighella é citado, assim como se encontra sua obra em boa parte das bibliotecas. Quando fui pesquisar na Biblioteca Nacional da Turquia, em Ancara, só achei ali três autores brasileiros. Adivinhem quem eram.

² Dissertação de mestrado profissional intitulada “Livrarias, memória e identidade: a importação de livros no Brasil e a trajetória da Livraria Leonardo da Vinci no Rio de Janeiro”, defendida no CPDOC/FGV-RJ em 06/07/2017 por Flávia Maria Zanon Baptistini.

Não sabemos. É da literatura? Machado de Assis? Paulo Coelho?

Sim, de fato os turcos também adoram Paulo Coelho (risos). Esse é o brasileiro mais lido por lá. Depois vem José Mauro Vasconcellos e seu “Meu pé de laranja lima” que os turcos também gostam muito. E por último: Marighella com o “Minimanual do guerrilheiro urbano”. Eu sempre me perguntei o porquê dessa obra ali. Talvez porque grupos curdos usaram táticas terroristas a partir dos anos 1980, ou por conta de grupos de esquerda fortes na Turquia nos anos 1970 que o admiravam, ou ainda porque a “contra insurgência” é muito forte por parte do Estado.

Mas, enfim, o Brasil a meu ver, seguindo a teoria do Rapoport, teria entrado na chamada terceira onda, a da “nova esquerda”, sobretudo pelo impacto que essa obra vai ter. A quarta onda, segundo o Rapoport, é religiosa e a gente a vive desde 1979. 1979 é a data da Revolução Iraniana e da invasão soviética no Afeganistão. Há desde então diversas narrativas religiosas e sectárias ligadas ao terrorismo. Nesse sentido, inclusive, sempre recomendo o programa *God’s Warriors*, que a jornalista da CNN Christiane Amanpour fez em 2007. Nessa série de programas ela se dedica, sobretudo, às três religiões monoteístas e viaja para diversos lugares e realiza diversas entrevistas, seja com judeus, cristãos e muçulmanos, todos bem radicais. Ele é bom para desarmar aqueles imbuídos de islamofobia, por isso recomendo. Mas, enfim, não resta dúvida que nessa quarta onda, ganhou imenso destaque grupos jihadistas como Al Qaida e Estado Islâmico, na vertente sunita. E há a discussão em até que medida o xiita Hizballah é terrorista ou não.

Abri muitas frentes aqui, mas para resumir sua questão, de como lidar com o terrorismo hoje, minha resposta é em especial conhecer a história desse fenômeno e tentar ter um olhar brasileiro para a questão, no sentido de não necessariamente importar uma questão e um preconceito que não são nossos. Confesso que por conta dos grandes eventos, em especial os Jogos Olímpicos, pensei que poderíamos de fato ser “palco” de atos terroristas. Da mesma forma, se enviássemos tropas terrestres para a UNIFIL, essa poderia ser uma razão para nos tornarmos “alvo” de atentados. A questão principal, sobretudo, a meu ver, é se o Brasil é de fato um “santuário” para terroristas e em que medida há de fato “convergência” entre crime organizado e terrorismo por aqui. Há ampla agenda de pesquisa que necessita de desenvolvimento nesse sentido.

Sobre esse último curso que você teve em Israel. Como está a atual situação? Você poderia comentar como está atualmente o conflito Israel x Palestina?

Eu precisaria de pelo menos três horas (risos). Mas, enfim, vale dizer que passei quatro semanas entre junho e julho deste ano de 2017 tomando parte do *Summer Institute for Israel Studies*, da Brandeis University. Foram duas semanas de palestras nas redondezas de Boston, nos EUA, e depois duas semanas viajando por Israel e territórios palestinos, conversando com autoridades, acadêmicos, burocratas e pessoas comuns. Meu interesse com ele foi o de me atualizar sobre a temática, pois apesar de ter morado cinco anos em

Israel, falar hebraico fluentemente e acompanhar a mídia de lá, meu foco nos últimos tempos estava em grande parte na Turquia. O que eles ressaltaram no curso o tempo todo foi em grande medida o que eu já vinha fazendo intuitivamente em meus cursos há muitos anos: enfatizar as narrativas paralelas. Tentar dar o máximo de peso possível para as narrativas israelense e palestina. As duas narrativas fazem muito sentido, e eu particularmente entendo ambos os lados e torço pela paz.

Quando fui ao terreno, porém, voltei desanimada. Não sei como a situação ainda não explodiu. Acho que certamente o próximo verão será bastante conturbado por lá. Há inúmeros problemas dentro de cada comunidade, para além do conflito entre israelenses e palestinos. 20% da população israelense é árabe (isso sem falar dos judeus árabes de Israel), sendo basicamente drusos, muçulmanos sunitas, cristãos e beduínos. Entre os muitos problemas de integração destes no país, acho que a questão os beduínos, que vivem no sul de Israel, no deserto do Neguev, é a das mais explosivas. Eles eram poucos quando do nascimento do Estado no final da década de 1940 (fala-se em 9 mil) e eram nômades. Estão sendo forçados a se sedentarizar e a cada dezenove anos dobram sua população (hoje são 250 mil), ou seja, uma junção de problemas de uma sociedade tradicional (patriarcal em grande medida) forçada a se modernizar, com todos os problemas que isso traz, além do crescimento demográfico gigante e da demanda por terras, vem gerando conflitos crescentes com o governo israelense. Recomendaram-me na Brandeis um filme excelente na Netflix, chamado “Sand Storm”, que recomendo também aqui, porque dá o tom da complexidade desse assunto específico.

Testemunhei alguns avanços em Israel, como por exemplo, a crescente presença de árabes nas universidades de ponta de Israel. Disseram, por exemplo, que o Technion (excelente universidade tecnológica) já tem 20% do alunato árabe, espelhando assim a mesma proporção da sociedade israelense. Os árabes-israelenses, ou palestinos-israelenses como muito se definem, vêm se sobressaindo nas áreas de Medicina e Enfermagem, por exemplo. Há também alguns judeus ultra ortodoxos finalmente indo para o Exército ou buscando profissionalização. Mas há, porém, muitos problemas entre os próprios judeus israelenses. Os judeus *mizrahim* – aqueles oriundos do Egito, Iraque e Iêmen, por exemplo, vem crescentemente demandando um reconhecimento da sua própria história e cultura e da forma preconceituosa como foram tratados no passado. Acho muito interessante que muitos músicos de destaque em Israel hoje, como Dudu Tassa e o trio A-WA, cantem justamente em árabe. O primeiro vem de família iraquiana e o segundo de família iemenita.

Não vou me demorar aqui para ressaltar a própria complexidade do campo palestino, seja pela tentativa agora de reconciliação entre Hamas e Fatah (cada qual tido como corrupto e ineficiente pelos próprios palestinos), como pela precariedade que na realidade testemunhei do domínio da Autoridade Nacional Palestina. Fico genuinamente me perguntando se se pode falar em Palestina, já que o território é dividido em áreas A, B e C. O território A é da ANP. O território B pertence aos israelenses e palestinos compartilhando o mesmo domínio. E o território C, que é a grande maioria, representa assentamentos israelenses ocupados. Fiquei também baqueada ao ver muitos exemplares de “Mein Kampf”, de Hitler, a venda nas ruas de Ramalá. Sempre ressaltai em sala de aula que não se deve

misturar críticas a Israel com antissemitismo, mas ando revendo essa posição frente ao que vi por lá.

O que acho relevante ressaltar, porém, é que o Oriente Médio está passando por uma fase de mudança de poder, por conta do fim da guerra da Síria. Minha leitura é que o grande vencedor é o Irã, que já tinha um papel importante no Líbano com o Hizballah, e no Iraque sobre os xiitas locais, consolida um espaço agora também na Síria. Isso preocupa não só os israelenses como a Arábia Saudita e não é a toa que testemunhamos algumas mudanças significativas no sentido de uma aproximação Riad-Tel Aviv (o próprio Trump fez um voo histórico da primeira para a segunda quando de sua visita recente). A lógica em grande medida é do inimigo do meu inimigo é meu amigo. Eles têm o Irã como uma grande ameaça. É preciso olhar com atenção a ação do Irã na região e a reação a este, e o Líbano é uma das principais arenas que devemos ter atenção.

Como você vem trabalhando a perspectiva de gênero e feminismo em guerras e conflitos armados?

É uma agenda nova. Ganhou força também depois que entrei na ECEME e por ali ser um ambiente muito masculinizado. Além disso, a AMAN agora passa a aceitar mulheres. Essa questão me fez voltar a atenção para Israel, já que ali as mulheres servem ao Exército desde sempre, e testemunhei muitas amigas que serviram. Pesquisando, porém, percebi que há algo interessante. As mulheres foram combatentes na chamada guerra de independência, entre 1948 e 1949, mas depois disso, embora conscritas, elas eram proibidas de ser combatentes até o ano 2000. Então, elas eram basicamente instrutoras, atuavam em trabalhos burocráticos, na área de inteligência etc. Foi só no final da década de 1990, quando uma judia sul-africana que queria ser piloto, apelou para a Suprema Corte e houve uma decisão de que as mulheres poderiam ser combatentes. Hoje elas estão de fato em 90% da força de combate e há casos de batalhões mistos em Israel, como o Caracal, e ali as mulheres estão se destacando.

Um lado que me interessa é esse, como o de Israel: mulheres em forças armadas oficiais. Outro caso que me interessa são as mulheres palestinas e curdas, que pegam em armas como guerrilheiras. No caso das palestinas, existe o caso da Leila Khaled, que é emblemático, muito ativa nos anos 1970, que participou do sequestro de um avião. Era um ativismo secular e mulheres também pegavam em armas. No caso das curdas, o caso da Sakine Senciz é emblemático também, pois ela foi uma das fundadoras do PKK e participou do treinamento de mulheres em armas. Ela foi assassinada em Paris em 2013, mas é símbolo importante da luta das curdas, que finalmente ganhou atenção nos últimos tempos, justamente porque há uma forte narrativa de gênero. Mas, enfim, essa é uma agenda incipiente, em que estou pesquisando a respeito.

E como promover esse debate atualmente dentro das Forças Armadas do Brasil?

Não é fácil. Sou historiadora e, vindo da História, existe certo preconceito e muito desconhecimento. Na ECEME sempre brincava que eu era mulher, civil, acadêmica e judia, ou seja, um monte de novidade para eles. A verdade, porém, é que me impressionei com as Forças Armadas brasileiras, em especial o Exército. Primeiro, porque a geração de oficiais entrou na AMAN em grande medida na década de 1990 e eles são muito disciplinados e estudiosos. A outra coisa, no caso específico da ECEME, é tratar-se de instituição muito internacionalizada. Há ali dezenas de Oficiais de Nações Amigas (chamados de ONAs) e Oficiais Instrutores de Nações Amigas (OINAs) e eu já tive em sala alunos do Equador, EUA, Paquistão, Portugal e China, só para citar alguns. Isso sem contar o enorme número de oficiais brasileiros que fizeram cursos ou foram instrutores em países como Coreia do Sul, Rússia e Suriname, só para citar os que me impressionaram (risos). Há, portanto, um grande componente de “diplomacia militar” naquele ambiente que eu desconhecia.

De qualquer forma, a grande questão é que o Exército está pensando sobre o que é ser uma força armada no século XXI, como se preparar para os atuais desafios. Por isso, entendem a relevância do diálogo com a academia. A Guerra Fria acabou. Como lidar agora com questões como cybersegurança, terrorismo e refugiados? Como lidar com o direito internacional? O Exército está interessado no diálogo com a academia e há crescente interação. Eles dominam um conhecimento da Amazônia, por exemplo, que precisamos ter também. Aliás, desde que voltei de lá, acho que todo brasileiro deve ir para a Amazônia para ter uma opinião informada sobre a região. Ressalto que esse diálogo não é fácil, mas é necessário, para ambas as partes. Precisamos ter uma opinião pública informada e atuante para as questões de Segurança e Defesa. Isso é essencial na democracia.

Qual mensagem ou sugestão você poderia deixar para os pesquisados e estudantes no Brasil?

Nesse sentido de ampliar o conhecimento para questões de Segurança e Defesa, sugiro tomar parte de cursos e eventos organizados pelas escolas militares de alto nível, como a ECEME, a EGN, a UNIFA e mesmo a ESG. Há ali cursos de extensão como o de geopolítica da ECEME que já teve duas edições e tive a oportunidade de lecionar e os Ciclos de Estudos Estratégicos que acontecem semestralmente. Acho que essas iniciativas são excelentes para ir lá conhecer, ouvir e também questionar, travar o diálogo saudável que tanto precisamos. Sempre acho importante uma troca mais ampla entre as diversas partes atuantes num tema. Quando dos seminários de Oriente Médio, por exemplo, que organizei quatro edições, nós sempre buscamos trazer acadêmicos de diversas disciplinas, bem como militares, diplomatas, trabalhadores humanitários, e jornalistas. Não é fácil não (risos), mas é necessário e mostra maturidade, a meu ver.

No que diz respeito especificamente às áreas de História e Relações Internacionais, acho que elas precisam conversar mais, porque as duas sozinhas são “capengas”. A minha

opinião é que uma precisa mais de teoria e a outra de empiria, logo são complementares. A cada dois anos eu fico na crise, por exemplo, se vou para a ANPUH (Associação Nacional de História) ou para a ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais), porque as conferências anuais de ambas, sempre caem na mesma semana! Literalmente não há diálogo. Fico muito feliz por ver crescer no âmbito da ANPUH o debate sobre História Global, do qual participo, e isso é uma bela abertura, mas espero agora ver o mesmo na ABRI também. Enfim, a minha impressão é que a História, que tradicionalmente é mais ensimesmada, está bem mais aberta que RI.

Por também atuar na subárea de Estudos de Oriente Médio, acho muito importante o diálogo com antropólogos. O principal centro de estudos de Oriente Médio no Brasil, o Núcleo de Estudos de Oriente Médio (NEOM), está ligado ao Departamento de Antropologia da UFF e têm nos professores Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto e Gisele Fonseca, seus principais nomes. Ambos moraram na Síria e circulam pelos grandes centros de conhecimento internacional apresentando pesquisas, participando de bancas, redigindo pareceres e afins. Eu aprendi com eles a importância da etnografia, do ir a campo, e acho essa parte da pesquisa essencial, sobretudo nos estudos de Oriente Médio. Acho muito difícil respeitar academicamente alguém que se apresente como especialista em Oriente Médio e não domina nenhuma língua da região ou jamais morou por lá, por exemplo.

Tenho problema com os bairrismos, a minha experiência pessoal é que quando mais se dialoga mais entende o outro. É preciso lidar com a complexidade e é difícil traduzir isso em um texto acadêmico, um texto de opinião ou em sala de aula, existe essa dificuldade, mas é essencial o diálogo. E por outro lado é essencial também o rigor acadêmico porque não é possível ficar apenas com a teoria sem lidar a empiria. E isso inclusive eu sou muito grata ao Matias Spektor por ter me sugerido trabalhar primeiro nos arquivos. Como eu disse no início, eu não ia trabalhar com imigração, mas estava tudo lá estava nos arquivos, a empiria estava lá me contando uma outra história. É preciso partir de uma pergunta de pesquisa e de pressupostos, mas deve-se estar aberto a tudo, desde ao que nos apresenta a empiria, até o que conversas e debates nos descortinam.

Queríamos saber mais sobre a complexidade da América do Sul, principalmente na questão dos venezuelanos como refugiados que já são quase 30 mil que estão atravessando a fronteira e qual é a atual discussão dentro as Forças Armadas que está sendo feita sobre isso?

Eu acho que a principal pessoa para falar sobre isso é o Tassio Franchi, da ECEME, porque ele morou seis anos na Amazônia e porque ele visitou a fronteira diversas vezes e acabou de voltar de lá. Ressalto, porém, que a questão dos refugiados venezuelanos é muito mais dramática para a Colômbia, já que o número lá já está na faixa de um milhão. É interessante porque no passado a Colômbia expeliu refugiados para a Venezuela e muitos dos seus filhos ou netos agora estão voltando porque é a mesma língua e a Colômbia tem muito mais estrutura na região fronteira. A nossa fronteira com a Venezuela tem poucas

idades. Tem Pacaraima (RR) e de lá eles vão para Boa Vista (RR). Eu e o Tássio, com quem trabalhei na ECEME, já falávamos sobre essa agenda de refugiados desde fins de 2015 quando a gente esteve em Manaus. A Pastoral do Migrante de Manaus já estava falando que não tinha mais refugiados haitianos, uma vez que em função da crise brasileira esses estavam indo para o Chile, e que era crescente a presença de venezuelanos. Naquela época tinha uma sensibilidade muito grande de chamar os venezuelanos de refugiados até por uma questão ideológica do PT no poder. Mas não era só isso: no primeiro momento eles ainda eram migrantes econômicos porque, de fato, ainda dava para voltar para a Venezuela, então, em 2015. Tinha muito venezuelano trabalhando em Manaus para juntar dinheiro e eventualmente voltar para o país.

O que considero válido, porém, é que esse drama na fronteira com a Venezuela, deve se mostrar uma grande oportunidade para discutir as fronteiras. A Amazônia tem toda uma rota de tráfico de entorpecentes que passa por ali, então tem um temor muito grande. O que a gente fica com medo é de securitizar o refugiado, isso não pode porque é um drama humanitário, mas em que medida não tem pessoas que estão se aproveitando daquela situação ali e são problemas históricos que a gente tem, sobretudo em relação à tráfico de drogas e outros tantos. Um dos temas do Observatório da Praia Vermelha, em construção no âmbito da ECEME, é justamente a questão dos refugiados e eles estão buscando conversar com todo mundo que atua na área, desde acadêmicos até trabalhadores humanitários. Acho isso muito válido.

Temos que ficar atentos porque é esse o drama de refugiados que o Brasil está lidando, embora a gente também tenha esses refugiados vindos todos da África e é muito dramático principalmente envolvendo gênero. Há casos de mulheres com AIDS. Há que tenha sofrido violência sexual ou que viu seus maridos serem mortos. Muitas têm filhos e aí chegam aqui e vão vendo as camadas de problemas do Brasil: a gente é absolutamente racista e essas pessoas acabam indo morar em favelas, vendo que não têm condições, enfim, pensem na complexidade em que esses refugiados têm dentro do Brasil.

Os refugiados africanos que vêm atualmente acabam indo morar nas favelas?

Há muitos casos sim. A Globo News fez um programa especial³ muito bom mostrando, inclusive, o preconceito que essas pessoas sofrem, sobretudo os refugiados africanos. E é interessante porque os refugiados sírios sofrem menos, primeiro porque eles são brancos e segundo porque quase todos vão trabalhar com comida. A gente teve esse caso do “esfirraço”⁴ em Copacabana, mas você anda em qualquer estação de Metrô do Rio que tem um refugiado sírio vendendo esfirra e falafel e aí tem um apelo, se apela para a questão da Síria, as pessoas têm mais sensibilidade, eu não sei. O fato é que tem uma “hierarquia” entre refugiado branco e refugiado negro e entre homem e mulher. A Aline

³ Disponível em: <https://globosatplay.globo.com/globonews/v/5666226/> Acesso em: 16 nov. 2017.

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/cariocas-fazem-fila-em-esfihaco-para-apoiar-refugiado-sirio-agredido-em-copacabana.ghtml> Acesso em: 16 nov. 2017.

Thurler, da Caritas, fala nesse programa que ligavam para lá e pediam refugiados africanos com “braços fortes”; parecia uma coisa mesmo da escravidão do século XIX, uma coisa horrorosa. Então, voltando a questão do que os refugiados nos ensinam, eles, infelizmente, nos mostram o quão racista o Brasil ainda é.

Porém, mesmo entre os brancos, existe uma hierarquia: eu tenho a impressão (sem nenhum dado que comprove) que os sírios são mais bem tratados que os venezuelanos, por exemplo. Até porque a gente não se reconhece como latinos, é a questão do texto⁵ do Leslie Bethell na Estudos Históricos que o Brasil não é América Latina. Eu acho que o caso dos refugiados é emblemático para pensar quem somos e o que podemos aprender com eles. Acho que isso pode resultar em várias pesquisas e debates.

Em uma entrevista recente no Programa do Bial⁶ um refugiado sírio narrou sua trajetória até chegar a Europa e mostrou como que o destino idílico europeu acabou se convertendo em uma grande mentira já que a condição de refugiado é bem diferente da de cidadão, um outro participante do programa que estava na plateia deu seu depoimento dizendo o quanto era grato ao Brasil por ter chegado aqui e prontamente ter sido acolhido. Isso talvez demonstre a boa vontade com sírios que nem sempre acontece com os refugiados vindos da África.

O pessoal da Amazônia fala que os haitianos, por exemplo, são muito *hardworkers* e aí as pessoas tinham muito preconceito, mas descobriram que eles são trabalhadores excepcionais, então começaram a contratá-los para a construção de estradas e que agora que eles foram embora e estão com muita dificuldade porque outros grupos não têm a mesma competência. E esse movimento também é interessante porque existem as rotas da imigração: os haitianos, por exemplo, por causa da crise no Brasil, estão indo para o Chile. E esses refugiados da Síria estão usando o Brasil de trampolim e indo para a Europa porque a situação econômica está muito ruim. Muitos reclamam também da segurança pública. Esse refugiado que você citou necessariamente passou por coioote⁷, ninguém chega na Europa sem coioote, e o livro da Loretta Napoleoni “Mercadores de Homens”⁸ mostra isso muito bem. Tem um mercado gigante de refugiados que vai desde coiotos (todos que chegam na Europa passam por coiotos) até, na Escandinávia e na Alemanha, muitos dos alojamentos, por exemplo, você tem empresas lucrando porque muitos são voluntários trabalhando e as empresas embolsam o dinheiro do governo que seriam para pagamento delas. Então, o que a

⁵ Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321862009000200001&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em: 16 nov. 2017.

⁶ Disponível em: <https://gshow.globo.com/tv/noticia/dia-mundial-dos-refugiados-relembre-entrevista-de-pedro-bial-com-refugiado-da-siria.ghtml>

Acesso em: 16 nov. 2017.

⁷ Coiotos são pessoas que mediante pagamento fazem a travessia clandestina de imigrantes.

⁸ NAPOLEONI, Loretta. *Mercadores de homens*. Tradução: Milton Chaves. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

Loretta mostra é que se, por um lado, você vê solidariedade, projetos lindos, pessoas se engajando, ou seja, diversos projetos e pessoas incríveis, ao mesmo tempo, tem coisas que você pensa: “como o ser humano pode ser tão vil?”. Inclusive, quem muito atua nesse mercado de coiotes são ex-refugiados.

Então, é isso: o mundo é cinza. Tudo que a gente vê de preto e branco aí a gente tem que fugir. Se eu puder terminar indicando um filme, tem um filme que estava recentemente em cartaz que se chama “Os meninos que enganavam os nazistas”⁹, é um outro contexto, mas ele mostra o cinza, ele ajuda a pensar isso. A grande questão do século XXI, a meu ver, é pensar esse cinza, pensar a complexidade, é óbvio que você tem que ter um argumento, tem que ter uma escolha nisso tudo, mas você tem que entender essa complexidade. Eu acho que no Brasil nós somos muito preguiçosos. Nós queremos as coisas mastigadas, queremos saber qual é o lado vencedor.

Não tem problema você torcer nas horas vagas, eu acho que tem que se engajar, como eu falei para vocês: eu tenho um ativismo com refugiados porque eu sou neta de refugiados. Eu me lembro de mim, adolescente, chorando numa crise dessas de adolescente, e meu avô, que me criou, virou para mim e falou: “você já teve que pedir pra dormir na cadeia?” Eu perguntei assustada: “por quê, vô? O que aconteceu?” E ele me disse que quando chegou ao Brasil era tão pobre que fez amizade com o carcereiro e pediu para dormir numa prisão desativada numa cidade pequena porque não tinha onde dormir. Você tem ideia do que é dormir na cadeia? Pedir para dormir na cadeia? Esse é o nível de dificuldade que essas pessoas passam. Meu avô ainda conseguiu chegar aqui antes do Holocausto, mas depois tiveram casos de sobreviventes que não aguentaram o tranco e se suicidaram, como foi o caso do Primo Levi, porque vem a culpa dos sobreviventes ou aquelas memórias pesadas todas. Por isso eu digo que eu não sou isenta para falar da Alemanha, eu não consigo falar sobre a Alemanha porque aquilo para mim é presente. Eu tentei diversas vezes ir lá, eu tenho amigos alemães, mas para mim aquilo é ainda presente. Meu avô morreu em 1997, depois de 60 anos no Brasil, e ele morreu achando que os nazistas iam vir buscar ele. Ele não falava sobre isso, o passado era tão difícil que ele não falava. Ele só falou um pouco quando sabia que ia morrer.

Então, é isso: esses refugiados precisam ser vistos. Hoje há estudos sobre as crianças, é uma geração perdida que não só não estudou como viveu aquilo. Como que vai ser no futuro? É fato que alguns vão se radicalizar? Vão ser terroristas? Vão enlouquecer? Enfim, esse drama hoje dos 60 milhões é muito sério e isso passa para as outras gerações. Em Israel o tema do Holocausto, por exemplo, está lá, está presente. Não tem como entender o país, literalmente, sem entender o Holocausto. No Yad Vashem, o museu do Holocausto em Jerusalém, que revisitei recentemente tem um lugar que acaba comigo. Ele se chama Beit Uziel, e é um lugar que tem uma vela, vários espelhos e os vários reflexos dessa vela. Você vai andando e parece que está no meio do universo, no meio das estrelas.

⁹ Os meninos que enganavam os nazistas (título original: *Un Sac De Billes*). Direção: Christian Duguay. Roteiro: Christian Duguay e Benoît Guichard (baseado no roteiro original de Jonathan Allouche e Alexandra Geismar e, também, no livro homônimo de Joseph Joffo). Paris Filmes, 2017.

Cada passo que você dá, você escuta o nome da criança, a idade e o lugar que ela foi morta... Eles têm as idades dos meus filhos... 1,5 milhões de crianças que foram mortas. Saí cambaleante.

A Alemanha hoje está num contexto diferente, ela está mesmo ajudando com a questão dos refugiados?

Mais ou menos, ela ajuda a rifar a democracia na Turquia, mas a gente não chegou a falar sobre isso. Eles adotaram a postura de “a Turquia que segure os seus três milhões de refugiados, a gente dá os milhões de Euros que pedem, a gente faz qualquer negócio”. Vale lembrar que o milhão de refugiados em 2015 impactou fortemente a região e a política alemã também. Do contexto europeu, porém, é a “menos pior”. Mas é surreal que os judeus alemães não querem esses refugiados. Eu tenho um ex-aluno que hoje mora lá que disse que os judeus não querem porque são mulçumanos, enfim, pensem em cinza, muito cinza, porque tudo é complexo demais.

Entrevista concedida em 30 ago. 2017.

Referências

BAPTISTINI, Flávia Maria Zanon. *Livrarias, memória e identidade: a importação de livros no Brasil e a trajetória da Livraria Leonardo da Vinci no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado profissional. CPDOC/FGV-RJ. Rio de Janeiro, 2017.

Disponível em: <https://globosatplay.globo.com/globonews/v/5666226/>.

Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/cariocas-fazem-fila-em-esfihaco-para-apoiar-refugiado-sirio-agredido-em-copacabana.ghtml>.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-1862009000200001&script=sci_abstract&tIng=pt

Disponível em: <https://gshow.globo.com/tv/noticia/dia-mundial-dos-refugiados-relembre-entrevista-de-pedro-bial-com-refugiado-da-siria.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2017.